



Dissonância

revista de teoria crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título	Consenso e crise. Adorno e a ideologia da integração no pós-guerra alemão
Autor/a	Yasmin Afshar
Tradutor/a	
Fonte	<i>Dissonância: Revista de Teoria Crítica</i> , v.3 n.2, Dossiê Theodor W. Adorno, 2º semestre de 2019, pp. 112-150.
Link	https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/workflow/index/3663

Formato de citação sugerido:

AFSHAR, Yasmin. “Consenso e crise. Adorno e a ideologia da integração no pós-guerra alemão”. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 3 n. 2., Dossiê Theodor W. Adorno, 2º semestre de 2019, pp. 112-150.

CONSENSO E CRISE

Adorno e a ideologia da integração no pós-guerra alemão

Yasmin Afshar¹

RESUMO

Desde seu retorno do exílio, Adorno permaneceu cético em relação ao consenso social forjado em torno da reconstrução “restauradora” da Alemanha. A integração do proletariado à sociedade burguesa constituía, também no pós-guerra alemão, a base para a estabilização do capitalismo nos países centrais: os trabalhadores se haviam incorporado de uma vez por todas ao sistema, os conflitos sociais haviam sido institucionalizados e os elementos disruptivos da ordem estavam neutralizados. Essa sociedade totalmente administrada havia alterado de maneira substantiva as relações laborais, o nexos entre economia e política e as relações dos indivíduos consigo mesmos. Mas se, por um lado, a integração tem uma dimensão objetiva – na medida em que a sociedade se tornara uma totalidade plenamente mediada pela forma mercadoria –, por outro, Adorno a considera como aparência socialmente necessária, dado que representa os antagonismos sociais como já pacificados. O presente artigo aborda a crítica de Adorno à ideologia da integração veiculada em sua época e

¹ Doutoranda da Universidade Humboldt de Berlim e associada ao Centro Marc Bloch (Berlim). Contato: yasmin.afshar@cmb.hu-berlin.de

visa compreender o ideário implicado em termos tais como “parceria social” e “pluralismo”, assim como em doutrinas que então emergiam, a exemplo da teoria do conflito social. Ao mesmo tempo, contrapõe a noção crítica de integração, em Adorno, à formulação apologética da “integração saudável”, preconizada pela doutrina ordoliberal, em particular, por Alexander Rüstow.

PALAVRAS-CHAVE

Adorno; Integração; Teoria do conflito; Antagonismo; Ordoliberalismo.

CONSENSUS AND CRISIS

Adorno and the ideology of post-war German integration

ABSTRACT

Since his return from the exile, Adorno remained sceptical about the social consensus around the “restorative” reconstruction of Germany. The integration of the proletariat into bourgeois society was, also in the post-war period, part of the basis for the stabilization of capitalism in Europe and the United States: workers had been definitively included in the system, social conflicts had been institutionalized, and the disruptive elements of order had been neutralized. This totally administered society had substantially altered labour relations, the link between economy and politics, as well as the relations of individuals with themselves. According to Adorno, on the one hand, integration is an objective phenomenon – inasmuch as the society had become a totality, fully mediated by the commodity form – and, on the other, it

is a socially necessary appearance, insofar that it represents social antagonisms as pacified. This paper addresses Adorno's critique on the ideology of integration in his time and aims to understand conceptions implicated in terms like "social partnership" and "pluralism", as well as in doctrines such as the theory of social conflict. Furthermore, this article confronts the critical notion of integration, in Adorno, and the apologetic formulation of "healthy integration", advocated by the ordoliberal doctrine, in particular by Alexander Rüstow.

KEYWORDS

Adorno; Integration; Conflict Theory; Antagonism; Ordoliberalism

Introdução

Nos escritos sociológicos de Adorno, o conceito de integração social aparece ora como consequência objetiva do desenvolvimento do capitalismo, ora como um produto da ideologia dominante, isto é, como *falseamento da realidade*. No primeiro plano, trata-se de descrever a inclusão de contingentes cada vez maiores de indivíduos ao sistema capitalista, como resultado de sua expansão. Esse fenômeno é resultado da "socialização crescente" – processo que promove, principalmente a partir do fim do século XIX, a conexão de setores cada vez mais amplos da sociedade e estabelece entre eles uma dependência recíproca, em uma rede cada vez mais densa de relações sociais (Adorno 2008: 123). Trata-se, para Adorno, do desdobramento de um fenômeno mais amplo: a generalização da forma merca-

doria como mediador universal, capaz de totalizar e unificar o mundo e constituir uma “sociedade totalmente administrada”.

Nesse contexto, os indivíduos não apenas cumpririam uma função dentro do sistema, mas também assentiriam subordinar-se ao mecanismo social. Esse comprometimento fundamentar-se-ia em certa disposição individual para submeter-se à ordem imposta pela sociedade burguesa. Assim, no segundo nível, a integração é entendida como *ideologia*. O desenvolvimento da indústria cultural, do monopólio da comunicação de massa, mas também da produção intelectual nas universidades possibilitaria a representação de uma sociedade pacificada e unificada – reforçando os mecanismos de adaptação social. De um lado, essa *ideologia da integração* serviria para ocultar os antagonismos que perpassam a sociedade, apresentando-os como já conciliados; de outro, para representar a perfeita adaptação dos indivíduos ao sistema como, ao mesmo tempo, desejável e irresistível. Apesar de seu conteúdo imaginário, nem por isso essa mistificação da realidade é menos concreta: enquanto ideologia, ela se torna uma força real, contribuindo para a paralisação da imaginação social – de modo que os indivíduos não podem mais vislumbrar nada para além do existente (GS 8b: 364).

Durante os anos 1950 e 1960, na Alemanha, a ideologia da integração apareceu nos debates das ciências humanas com fins de formulação de políticas para a reconstrução. Com a derrota militar do nazifascismo e a configuração de um mundo bipolar, as ciências sociais, em geral, foram instadas a produzir uma ampla interpretação dos eventos catastróficos recentes, assim

como prover técnicas de administração adequadas à prevenção de eventuais desordens. Embora Adorno e outros intelectuais críticos tenham rejeitado terminantemente os “fins gerenciais” da teoria social, muitos sociólogos tomaram para si a tarefa de prover a administração de instrumentos teóricos voltados à manutenção do sistema social. Adorno, por seu lado, sempre criticou essa orientação.

O presente artigo se dedica a analisar a ideologia da integração, criticada por Adorno, no contexto do debate sociológico e político na Alemanha do pós-guerra.² Para isso, em primeiro lugar, é apresentada a posição de Adorno no debate acerca da reconstrução (ou “restauração”) durante os anos 1950 e da implementação da “economia social de mercado”. Esse modelo socioeconômico implicava uma concepção particular de integração social e, no campo da sociologia, teve como contraparte a elaboração da moderna teoria do conflito, analisada na segunda parte deste artigo, e a *Vitalpolitik* – doutrina criada por Alexander Rüstow, um dos formuladores do ordoliberalismo – apresentada na parte três. Na quarta e última parte, é abordada a questão do antagonismo social e do caráter potencialmente desintegrador da integração, tal como entendido por Adorno.

² Este artigo é resultado da pesquisa iniciada no meu trabalho de mestrado (AFSHAR, 2018). Agradeço à Yone Fernandes, pela leitura e revisão.

1. De volta à normalidade

Quando Adorno retornou definitivamente dos Estados Unidos, em 1953, a República Federal da Alemanha (RFA) completava quatro anos de existência. No mesmo ano, foi publicado o artigo “Economia social de mercado como contraprograma contra o comunismo e o bolchevismo” (*Soziale Marktwirtschaft als Gegenprogramm gegen Kommunismus und Bolschewismus*), pelo sociólogo Alexander Rüstow, também recém-chegado do exílio. Nesse texto programático, escrito durante o “período quente” da Guerra Fria, Rüstow afirmava que:

O único contraprograma econômico consequente, bem pensado [*durchdachte*], unitário e independente que eu conheço do nosso lado é o do assim chamado neoliberalismo, ou “economia social de mercado”, conforme a feliz expressão do meu colega [Alfred] Müller-Armack, que recentemente foi nomeado para o ministério da economia. É um programa em que meus amigos e eu trabalhamos há anos, um grupo conduzido na Alemanha pelo nosso amigo Walter Eucken, que morreu cedo demais. (Rüstow 1953: 101, trad. nossa).

O programa em questão é o do ordoliberalismo, também referido como neoliberalismo alemão, elaborado pelos teóricos que se reuniram em torno de Walter Eucken e Franz Böhm, professores da Universidade de Friburgo. Sua expressão prática foi a implementação da “economia social de mercado”,³ o quadro institucional em que se deu a reconstrução da RFA. Como o

³ Alfred Müller-Armack, que cunhou a expressão “economia social de mercado”, foi o braço direito de Ludwig Erhard no Ministério da Economia do governo Adenauer. Também foi membro do partido nazista (NSDAP) desde maio de 1933. No fim da guerra, converteu-se ao cristianismo protestante.

texto de Rüstow deixa claro, o programa neoliberal foi concebido como uma resposta político-econômica à profunda crise do pós-guerra que fosse capaz de desarticular as forças revolucionárias,⁴ “bolcheviques”, potencialmente emergentes naquele contexto.

A aplicação do programa ordoliberal por Ludwig Erhard (então diretor e ministro da economia) e Konrad Adenauer (primeiro-ministro entre 1949 e 1963), constituía o que Walter Dirks, já em 1950, interpretou como sendo um processo de “restauração”. “O caráter restaurador da época”, um dos textos polêmicos de Dirks para o jornal *Frankfurter Hefte*, foi publicado antes que o autor se tornasse colaborador do Instituto de Pesquisa Social. Conforme o artigo, esse caráter restaurador tem como referência uma certa nostalgia do ideário de 1914 e a forma “harmônica” pela qual o conflito bélico entre as potências se resolvera na Europa Central. Para Dirks, essa “realidade restaurativa” (*restaurative Wirklichkeit*) manifestava-se na esfera da economia, com a reforma monetária, mas também na

⁴ Anos mais tarde, em 1970, Milton Friedman deu um passo adiante, concebendo o neoliberalismo não apenas como um “contraprograma”, mas como uma “*contrarrevolução*”. Responsável por sugerir ao General Augusto Pinochet que o programa ordoliberal fosse aplicado no Chile durante a ditadura, Friedman se referiu à “revolução” feita por Keynes nos anos 1930 para, em seguida atribuir à Escola de Chicago uma função contrarrevolucionária. Seja em relação ao comunismo, seja ao keynesianismo, a “contrarrevolução econômica” empreendida pelo neoliberalismo foi assumida por um de seus principais ideólogos. No original: “Keynes’s name is the obvious name to attach to the revolution. The counter-revolution also needs a name and perhaps the one most widely used in referring to it is ‘the Chicago School’. More recently, however, it has been given a name which is less lovely but which has become so attached to it that I find it hard to avoid using it. That name is ‘monetarism’ because of the renewed emphasis on the role of the quantity of money” (Friedman 1970:1).

produção teórica – sobretudo na filosofia, na literatura e na teologia. As contradições estruturais da sociedade – as mesmas que haviam ocasionado a barbárie nazista – haviam sido imediatamente abafadas e de modo tão eficaz que “logo depois da liberação vieram os jovens senhores da América e perguntaram por que nós não tínhamos feito uma revolução” (Dirks 1987: 334).

Nessa mesma direção, para Adorno, a manobra “restaurativa” de contenção formava a raiz dos impasses na relação entre teoria e prática: “O fundamento histórico da aporia é o fato de, na Alemanha, a revolução contra os fascistas ter fracassado ou, muito mais, o fato de não ter havido em 1944 nenhum movimento revolucionário de massas” (Adorno 2009: 239). Na seção da *Dialética negativa* em que se encontra esse trecho, Adorno discute o impasse em torno da expiação dos crimes nazistas. Pela forma da justiça burguesa, o resultado do processo é inevitavelmente injusto, como decorrência do desfecho não revolucionário (ou contrarrevolucionário) da guerra na Alemanha. Portanto, foi a continuidade aparente entre os dois momentos que ensejou essa aporia moral. A exemplo disso, menciona-se a série de compensações às vítimas do Holocausto implementadas depois da guerra, inserida numa espécie de *transição pacífica para a democracia*. Tratava-se de uma das condições impostas pelas potências ocupantes para a reconquista da soberania do Estado alemão (Wiggershaus 1986: 520; Böhm 1980: 626). Böhm, membro de Escola de Friburgo e parlamentar da CDU, foi um dos responsáveis por essas políticas, que, entre

outras coisas, garantiram o restabelecimento do Instituto de Pesquisa Social (IfS) em Frankfurt.⁵

Apesar da posição ambivalente em que o IfS se encontrava, o caráter restaurador e contrarrevolucionário do modelo político em vigor não era ignorado por Adorno. “É preciso se opor a Adenauer. Com um verdadeiro manifesto leninista”, diz Adorno a Horkheimer, em 1956, em “Rumo a um novo manifesto?” (Adorno; Horkheimer 2010: 34). Trata-se de uma das raras menções em textos de Adorno sobre o governo alemão da época.⁶ Nos papéis não publicados, Adenauer é referido apenas em um breve gracejo, numa carta de setembro de 1957,⁷ quando a coligação CDU/CSU havia acabado se reeleger – dessa vez, por maioria absoluta – embalada pelo bordão “sem experimentos!” (*keine Experimente*).

Tal triunfo não fora exatamente uma surpresa: na primeira metade da década de 1950, logo após a fundação da RFA e a aplicação do Plano de Recuperação Europeia (o Plano Marshall), a taxa média de crescimento da economia alemã

⁵ Franz Böhm era filiado à CDU desde 1945 e foi membro do parlamento entre 1954 e 1963. Sua ação parlamentar se organizou em torno de dois eixos principais: o combate à limitação da livre concorrência e a reparação às vítimas do Holocausto. Böhm foi nomeado chefe da delegação alemã para as negociações de reparação, entre a RFA e Israel, e foi por essa via que ele se aproximou do Instituto de Pesquisa Social. Oficialmente, segundo o Ministério da Cultura, a cátedra de Filosofia e Sociologia da Universidade Frankfurt para a qual Adorno foi nomeado em 1953, era uma “cátedra de reparação” (*Wiedergutmachungslehrstuhl*) (Wiggershaus 1986: 520).

⁶ A outra ocorre em seu pronunciamento contra as leis de exceção (Adorno 2016).

⁷ Assim diz a carta: “Querido Harry, receba os nossos mais cordiais parabéns pelo nascimento de Laura e Alan. Essa é uma boa notícia, de fato, e que não tenhamos ouvido falar dela em Frankfurt é mais um índice daquele provincialismo alemão, que também é corroborado pelo triunfo de Adenauer” (carta a Harry Friedgood, TWAA Br 0424/1, trad. nossa).

havia sido de quase 8% ao ano. Os sinais de recuperação econômica, associados ao aparato propagandístico público-privado,⁸ promoviam certa euforia no país, que mal tinha saído de uma guerra sem vencedores. A economia social de mercado aparecia como a possibilidade de finalmente *voltar à normalidade*, desviando-se do horror do nazismo e da guerra. Conforme Ralf Ptak, o caráter normativo da doutrina Ordo, tendo como horizonte a harmonia entre economia e sociedade, era suficientemente sedutor para uma população traumatizada e insegura. Apesar de uma certa propensão anticapitalista, as pessoas não se mostravam dispostas a embarcar em nenhum outro experimento (Ptak 2009: 119).⁹

Com a promoção do “bem-estar para todos” (título da principal obra de Erhard, publicada em 1957), a progressão constante de salários e a ampliação do sistema de seguridade social, lançavam-se as bases para um novo ordenamento social. Além da preservação da liberdade de mercado pelo enquadramento jurídico, da estabilidade da moeda e do combate à cartelização, a doutrina ordoliberal sugeria que uma “sociedade de

⁸ A partir de 1952, um grupo de industriais organizou a Waage (*Gemeinschaft zur Förderung des sozialen Ausgleichs*), uma associação dedicada a difundir e promover a economia social de mercado na Alemanha Ocidental. A Waage produzia pôsteres, filmes curtos para o cinema, entre outras coisas, e permaneceu ativa até 1965. Sua atividade propagandística é marcada pelo “período quente” da Guerra Fria (Schindelbeck, Ilgen 1990: p. 5) e, por isso, guardadas as proporções, poderia ser comparada à ação do complexo IPES/IBAD, criado no fim da década de 1950, no Brasil.

⁹ Uma das evidências disso foi o pífio resultado obtido pelo Partido Comunista Alemão (KPD), nas eleições de 1949 e 1953 (5,7% e 2,2% respectivamente). O partido não chegou a participar das eleições de 1957, tendo sido proibido um ano antes – como efeito da denúncia de Kruschew durante o XX Congresso do PCUS – e permanecendo na ilegalidade até 1969.

mercado” deveria ser capaz de criar as bases culturais que possibilitassem sua própria durabilidade. “A questão social é a questão do ordenamento social” (Messner *apud* Becker 1965: 29, trad. nossa). Assim é que o neoliberalismo alemão se fundamenta, igualmente, em um ideário centrado na *integração social*.

Uma vez que Adorno nunca mencionou – seja em correspondência, em aulas ou em textos – os termos “ordoliberalismo”,¹⁰ “neoliberalismo” ou “economia social de mercado”, sua crítica a essa verdadeira engenharia social¹¹ aparece apenas de maneira difusa. Tal ausência de explicitação se justifica, muito possivelmente, porque o uso dessa terminologia tenderia a escamotear a permanência das relações capitalistas.¹² Isso não quer dizer que Adorno não distinguísse, no pós-guerra, uma alteração qualitativa, em relação ao período anterior, pois era evidente que a expansão e o aprofundamento da socialização da

¹⁰ Encontra-se apenas uma menção do termo “ordoliberalismo” em uma carta enviada por Edward N. Megay, em 16 de junho de 1960, na qual ele agradece a Adorno pela recepção e por ter-lhe falado sobre o ordoliberalismo. “Aproveitando as férias para rever minha correspondência, só agora vejo horrorizado que eu nunca lhe agradei pela generosidade com que você me recebeu em 23 de março e compartilhou comigo algumas reflexões sobre o ordoliberalismo” (TWAA Br 991/3, trad. nossa) [“Die Feiertage zur Durchsicht meiner Korrespondenzmappen benützend sehe ich gerade mit Schrecken, dass ich Ihnen nie für die Freundlichkeit gedankt habe, mit der Sie mich am 23/ März empfangen und mir einige Gedanken über den Ordo-Liberalismus mitteilten.”].

¹¹ Para uma reconstituição do surgimento das teorias neoliberais na Europa e nos Estados Unidos, ver Foucault (2004).

¹² Para Werner Bonefeld, esses “modelos”, tal como outrora o “fordismo”, “pós-fordismo” e “globalização”, compõem o “*Zeitgeist* acadêmico” da vez. No entanto, “a tarefa de um pesquisador é revelar a verdade oculta nas relações sociais constituídas” e não operar com os modelos disponíveis na “pesquisa comercializada” (Bonefeld 2017).

produção – já em curso a partir do século XIX (Adorno 2008: 123) – levava a uma “integração crescente”. Por outro lado, Adorno identificava a integração como elemento de uma *modulação ideológica*:

Embora nada decisivo tenha mudado no fundamento econômico das relações – o antagonismo entre o poder e a impotência econômica –, tampouco nos limites objetivamente fixados da formação cultural, a ideologia se transformou profundamente. A ideologia encobre a cisão também àqueles a quem cabe suportar o peso. Estes ficaram emaranhados na rede do sistema durante os últimos cem anos. O termo sociológico para isso é: integração (Adorno 2010: 16).

Se, por um lado, a integração tem uma dimensão objetiva, relacionada com o processo de expansão da socialização da produção capitalista e à incorporação de camadas populacionais até então excluídas,¹³ por outro, ela é *aparência socialmente necessária*. Na medida em que encobre a cisão (*Spaltung*) da sociedade, a ideologia da integração reforça os mecanismos de adaptação social e impede “aqueles a quem cabe suportar o peso” de se voltarem contra a ordem. Esse ideário, que compõe o consenso em torno da reconstrução do pós-guerra, permeia vários aspectos da sociedade alemã, desde as relações laborais até as teorias sociológicas dos anos 1950 e 1960. No chão de fábrica, dispositivos institucionais criavam a ideia de que os trabalhadores estavam lado a lado com os empresários, partilhando do interesse no aumento da produtividade. Nesse sentido, seria possível dizer que a ideologia da integração não era

¹³ Para uma discussão acerca da visão de Adorno sobre o problema da integração e a extraterritorialidade social sob o capitalismo, ver Fleck (2015: 30ff).

apenas um recurso retórico, mas também um instrumento de governo e de mediação dos conflitos sociais.

2. Uma sociedade pluralista e pacificada

Em um dos cursos preparatórios da *Dialética negativa*, “Sobre a doutrina da história e da liberdade”, ministrado durante o inverno de 1964-65, Adorno comenta brevemente a carga ideológica de termos como “pluralismo” e “parceria social”:

Eu recomendaria a vocês [...] o maior ceticismo com relação a este conceito de pluralismo, que hoje é apresentado em todo canto, e também com o de “parceria social” [*Sozialpartnerschaft*]. Acrescente-se a isso a tendência ideológica geral a transfigurar – como é tão característico de nossa época – de modo ideológico, os momentos de descontinuidade ou os momentos de antagonismo social, apresentando justamente aquilo que ameaça realmente lançar pelos ares o todo, como uma coexistência pacífica entre as pessoas que ter-se-iam reconciliado e não precisariam lutar – uma tendência a quase ocultar um conflito que a humanidade já duvida que possa ser resolvido (NS IV.13: 140, trad. nossa).

Desde o fim da guerra, a noção de “parceria social” refere-se à cooperação entre sindicatos e associações patronais. Para Adorno, o termo mistificaria a contradição ainda posta, simulando a verdadeira reconciliação social. Institucionalmente, essa “parceria” se concretiza em convenções coletivas

(*Tarifverträge*) formuladas em rodadas de negociação.¹⁴ “Os momentos de descontinuidade” histórica aos quais Adorno se refere correspondem aos “momentos do antagonismo social”. Através da *transfiguração ideológica*, a descontinuidade antagonica passa por uma metamorfose e se apresenta à consciência como conflito social já *pacificado* ou mesmo como *pluralismo* de interesses. Para Adorno, “a palavra ‘pluralismo’ pressupõe que a utopia já tenha se realizado; ela serve à apaziguamento [*Beschwichtigung*]” (GS 8b: 356, trad. nossa). “Pluralismo” e “parceria” constituem, em suma, mecanismos ideológicos de contenção das lutas sociais ao representarem a conciliação social como algo já realizado.

Ainda no nível institucional, tal ideário se expressa no “sistema dual de representação e de interesses”, conhecido como *codeterminação*¹⁵ (*Mitbestimmung*). Esse sistema prevê que os empregados sejam representados por conselhos de trabalhadores que tenham efetivamente poder de decisão dentro de órgãos de supervisão de uma empresa.¹⁶ Embora alguns teóricos ligados à Escola de Friburgo tenham feito duras críticas

¹⁴ Esse modelo lembra, remotamente, a experiência brasileira das “câmaras setoriais”, que funcionaram, no início da década de 1990, como fóruns de negociação tripartites, contando com a participação de representantes do capital, do trabalho e do poder público. Criadas em 1988 para a discussão da política industrial, no plano das cadeias produtivas, essas câmaras se tornaram estruturas tripartites a partir de 1991, com a inclusão dos sindicatos, e passaram a funcionar como um espaço de interlocução entre empresários, trabalhadores e governo (ver Martin 1996).

¹⁵ O sistema de codeterminação foi formulado, pela primeira vez, na zona de ocupação britânica, antes de 1949. A potência ocupante contava que a influência dos sindicatos funcionasse como um contrapeso às tendências militaristas dos capitães de indústria alemães. Tratava-se, pois, de uma medida de “desnazificação” (Nicholls 1994: p. 338).

à política da codeterminação (como veremos na próxima seção), a economia social de mercado foi marcada, desde o início, por essa forma de gestão de conflitos. Para o mentor dessa formulação, Ludwig Erhard, tratava-se de um “mal menor” para o restabelecimento da primazia da indústria alemã. Além disso, se a representação nas cúpulas administrativas visava, inicialmente, possibilitar a defesa dos interesses dos trabalhadores, logo ela se revelou como um instrumento útil de legitimação, perante os trabalhadores, das decisões gerenciais (Streeck 2009: 256). Os representantes eleitos tendiam a se tornar interlocutores próximos da gerência, compreendendo, e até compartilhando, preocupações e anseios da chefia – em maior grau do que, por exemplo, os dirigentes sindicais. Essa ambivalência da codeterminação foi capaz de absorver e desativar parte do potencial disruptivo dos conflitos laborais.

A codeterminação, em sua forma limitada e sutil, provou ser um fator importante de promoção da paz laboral na Alemanha ocidental. [...] Essa amenização do conflito de classe era inteiramente compatível com os princípios neoliberais e ajudou Erhard a persuadir os líderes sindicais a moderarem suas demandas por salário nos anos de *boom*, após 1953 (Nicholls 1994: 340, trad. nossa).

Desse modo, a codeterminação foi uma política de neutralização das demandas laborais durante os anos de “milagre econômico”. Ela expressava a ideia de que a sociedade é um composto de grupos de interesses diversos (pluralismo), os

¹⁶ Ele difere, portanto, do modelo sindicalista, na medida os trabalhadores são representados por colegas da mesma firma. Por meio desse sistema, patrões e empregados definiriam de maneira “colaborativa” os rumos da empresa.

quais, entretanto, poderiam ser acomodados em uma totalidade (integração). Nessa constelação ideológica, a pluralidade de interesses se apresenta como vantajosa: trabalhador e empresário podem eventualmente estar em posições opostas, mas tal conflito seria *produtivo*.

Na sociologia, esse paradigma das relações laborais foi acompanhado pelo surgimento da *moderna teoria do conflito*, que buscava contrapor-se à teoria da revolução marxista, tomando por base o funcionalismo de Talcott Parsons. Em um artigo de 1950 considerado inaugural dessa vertente, Jessie Bernard afirma que os sociólogos norte-americanos negligenciaram a teoria do conflito para não serem confundidos com marxistas ou com apologetas do conflito. Em tom provocativo, a autora se pergunta se os sociólogos conseguiriam “oferecer algo criativo na Guerra Fria” para combater a “bateria de técnicas de conflito dos comunistas”, já que, “quando comparados aos comunistas ou aos nazistas, estamos apenas engatinhando no que diz respeito à moderna teoria do conflito” (Bernard 1950: 11-12, trad. nossa). É curioso notar que, assim como Rüstow apresentara o neoliberalismo como “contraprograma econômico consequente” ao bolchevismo, a moderna teoria do conflito surge igualmente como uma resposta política.

Em 1968, Adorno e Ursula Jaerisch publicam o artigo *Notas sobre o conflito social hoje*, onde analisam a sociologia do conflito a partir de seus desdobramentos nos Estados Unidos e na Alemanha. Lewis Coser e Ralf Dahrendorf, seus representantes mais destacados, interpretam o conflito entre os chamados “grupos de interesse” em chave funcionalista, como motor

de mudanças estruturais da sociedade (*struktureller Wandel*). Segundo Dahrendorf, a quem Adorno chegou a conhecer pessoalmente,¹⁷ a categoria “classe social” equipara-se, a princípio, a qualquer dos “grupos secundários de interesses”:

A categoria de grupos de interesses é uma categoria geral; todos os grupos secundários devem ser entendidos como grupos de interesse – um clube de xadrez, uma associação profissional, um clube de futebol, assim como um partido político ou uma classe social (Dahrendorf 1957: 172, trad. nossa).

A sociedade, assim compreendida, é um sistema instável, composto de grupos e subgrupos que agem conforme seus interesses. Dado que, segundo Dahrendorf, classe social constitui apenas mais um, entre inúmeros subgrupos do mesmo nível, o conflito de classes seria comparável a qualquer outro conflito entre grupos – entre torcidas de clubes de futebol, por exemplo –, e qualquer subgrupo seria, potencialmente, portador de “mudanças estruturais”:

O fato de ele [Karl Marx] ter reconhecido apenas as classes como portadoras de mudanças estruturais designa ao mesmo tempo um dos graves erros de sua análise a ser corrigido (Dahrendorf 1957: 128, trad. nossa).

¹⁷ Em correspondência, Wolfgang Abendroth, que viria a orientar a tese de *Habilitation* de Jürgen Habermas (*Mudança estrutural da esfera pública*), pede referências a Adorno acerca de alguns candidatos à cátedra de sociologia na Universidade Philipps, em Marburgo. Entre os nomes, Abendroth cita Dahrendorf, sobre o qual Adorno comenta: “Ele é uma pessoa muito competente [*hochbegabter*]; melhor dizendo, provavelmente, mais ambicioso do que competente, tendo uma certa tendência ao conformismo, uma orientação para o sucesso, que é algo estranha às nossas próprias intenções” (TWAA Br 01/7, carta de 6 de maio de 1957, trad. nossa).

Segundo Coser, a moderna teoria do conflito partiria do ensaio de Georg Simmel, “Conflito” (*Streit*), cuja tese central sugere o conflito como forma de socialização:

Isso significa, parafraseando as primeiras linhas do ensaio de Simmel, que nenhum grupo pode ser completamente harmonioso, já que, para isso, seria necessário que fosse desprovido de processo e estrutura. Grupos requerem desarmonia, assim como harmonia; dissociação, bem como associação; e conflitos em seu interior não são fatores disruptivos de modo algum (Coser 1964: 31, trad. nossa).

Assim, Coser rejeita o suposto caráter desagregador do conflito social, incorporando-o à estrutura do sistema. Diferentemente de Talcott Parsons, que enfatiza a natureza anômala e acidental do conflito no interior do sistema social, Coser visa a função do conflito como um mecanismo de “ajustamento, manutenção e adaptação” das relações sociais. Lançando mão de noções como “adaptação” e “persistência da vida do grupo” (Coser 1964: 31, trad. da autora), ele não rompe, entretanto, com a abordagem funcionalista de Parsons: a sociedade continua a ser interpretada como um sistema, porém dotado de mecanismos adaptativos capazes de incorporar o conflito como elemento necessário ao bom funcionamento da “maquinaria”. O conflito seria tanto mais funcional quanto mais flexível fosse a “base estrutural do consenso social”.

À diferença dos sociólogos referidos por Jessie Bernard, que nunca se imiscuíram na pesquisa do conflito, por receio de serem confundidos com os marxistas, Coser e Dahrendorf se dedicaram à análise dos conflitos a fim de torná-los menos

ameaçadores para a manutenção do sistema. Nas próprias palavras de Coser: “Uma sociedade aberta, que permita conflitos internos em muitas frentes, protege-se do perigo de um único conflito, que ponha em questão o consenso básico” (Coser *apud* Krysmanski: 1971, p. 127). A constante fricção entre elementos do sistema faria com que este se tornasse menos suscetível a uma ruptura súbita. Nesse sentido, uma sociedade aberta¹⁸ resultaria mais segura do que uma sociedade fechada.

Da mesma maneira que Coser vê no conflito um mecanismo fundamental para a vida em grupo, em Dahrendorf, está presente uma certa *ontologia do conflito social*. Para ele “onde há vida humana em sociedade, há também conflito” – de modo que as sociedades não se distinguem pela presença ou ausência de conflito, mas “diferenciam-se na violência e na intensidade dos conflitos” (Dahrendorf 1965: 171, trad. nossa). Por afirmações como essa, Adorno e Jaerisch afirmam que a teoria do conflito hipostasia a categoria de conflito social, retirando-a de seu nexo de determinações e desviando-a de sua base objetiva: o antagonismo fundamental entre as classes sociais. A contradição central entre capital e trabalho é neutralizada metodologicamente, por meio da análise de “grupos”. “Mas o antagonismo objetivo não desapareceu com a integração. Apenas sua manifestação na luta foi neutralizada” (GS 8: 184). Sob a aparência de harmonia social, permanece, portanto, a contradição. Afinal, não é porque a luta de classes “se tornou virtualmente invisível

¹⁸ Vale a pena lembrar que *A sociedade aberta e seus inimigos*, de Karl Popper, foi publicado em 1945 e defendia uma concepção liberal e flexível da sociedade, perfeitamente compatível com o modelo gerencial da teoria do conflito de Coser.

vel” – na expressão de Brecht tomada de empréstimo por Adorno e Jaerisch – que ela deixou de existir.

No curso *Introdução à sociologia*, ministrado em 1968 – mesmo ano da publicação de *Notas sobre o conflito social hoje* –, Adorno procura mostrar o viés ideológico da sociologia formalista, caracterizada como “um mecanismo de abstração” que “se instala no lugar das determinações concretas, que, a rigor, formam o interesse da sociologia” (Adorno 2008: 176). A sociologia do conflito em Dahrendorf e Coser seria o desenvolvimento mais recente dessa vertente, marcada pela “exclusão *a priori* de uma sociedade sem classes”, sendo “uma decisão social: aquela em prol de um estado de antagonismos” (Adorno 2008: 174-176).

O decisivo parece-me ser que, mediante esse isolamento, ou, como eu disse, mediante essa hipótese do conflito enquanto categoria formal da sociedade, independentemente de seu motivo especificamente social e de seu conteúdo especificamente social, o próprio conflito, afinal dotado com o potencial destrutivo, tal como ele está presente na política externa, enquanto ameaça de destruição total da vida na Terra, devido a seu isolamento e à sua formalização, parece ser fecundo em si mesmo (Adorno 2008: 174).

A sociologia do conflito aparece, assim, como mecanismo de pacificação interna em um mundo bipolar de alta conflitualidade. Embora Adorno também considere o caráter conflituoso da sociabilidade, ele considera que essa estrutura portaria um potencial autodestrutivo e, por essa razão, deve ser superada.

O processo de socialização não acontece para além dos conflitos e antagonismos ou apesar deles. Seu meio são

os próprios antagonismos, que, ao mesmo tempo, dilaceram [*zerreißen*] a sociedade. Na relação de troca social como tal, o antagonismo é estabelecido e reproduzido de tal forma que, diariamente, pode extinguir a sociedade organizada com uma catástrofe total (GS 8a: 15).

Entretanto, de maneira dialética, é possível encontrar um conteúdo de verdade na teoria do conflito, na medida em que ela expressa algo da transfiguração objetiva do antagonismo social. Para Adorno, a coexistência das forças sociais foi efetivamente capturada pelo mundo plenamente administrado. “Democracia liberal é governo por meio de conflito” (Dahrendorf 1965: 174, trad. nossa): também Dahrendorf reconhece que a disputa e o conflito são elementos fundamentais desse modelo político, não havendo incompatibilidade entre eles. “A integração da luta de classes pela institucionalização de associações e partidos, competindo uns com os outros estabelece o esquema das teorias do conflito que, ao mesmo tempo, afirma e ameniza [*entschärfende*] o conflito” (GS 8: 181). Em outras palavras, a institucionalização do conflito capital-trabalho é o corolário da doutrina ordoliberal, e a sociologia do conflito parece se adequar perfeitamente a ela.

3. Integração saudável: a *Vitalpolitik* de Rüstow

A terminologia da integração e da adaptação, renunciada no século XIX pelo evolucionista inglês Herbert Spencer e difundida pela sociologia do pós-Segunda Guerra, aparece de um modo peculiar no interior da doutrina ordoliberal. O cha-

mado “neoliberalismo antropológico”, representado sobretudo por Rüstow e Wilhelm Röpke, propõe não apenas uma ordem econômica juridicamente enquadrada, mas também um determinado “estado de espírito” em que a economia de mercado possa prosperar sem fricções.

Desde a juventude, quando ainda pertencia ao grupo dos socialistas cristãos liderado por Paul Tillich¹⁹ (e, provavelmente, na mesma época em que conheceu Adorno),²⁰ Rüstow entendia que os “fundamentos ideológicos” eram fundamentais para o

¹⁹ Paul Tillich, que orientou a tese de habilitação de Adorno sobre Kierkegaard, liderava, durante os anos 1920, o “círculo Kairos”, um grupo de socialistas cristãos, com quem Adorno e outros frankfurtianos dialogaram. Quando da morte de seu professor, em 1965, Adorno rememorou o convívio com Tillich da seguinte maneira: “Eu o conheci em debates de tipo filosófico-políticos de um círculo que devia sua existência a ele. Nesse círculo em Frankfurt participavam, além de Tillich: Horkheimer, Mannheim, Pollock, o falecido Adolf Löwe e alguns outros. Se houvesse algo nos famigerados anos vinte, ouvia-se nesse grupo” (Adorno *apud* Bauschulte, Krech 2007: 49, nota, trad. nossa). Sabe-se que, além de Löwe e Tillich, Alexander Rüstow também pertencia ao “núcleo duro” do círculo Kairos (Löwe A. *apud* Tillich 1980: 153).

²⁰ Nas cartas pessoais, Adorno recomenda Rüstow como uma “pessoa muito digna” (*hochanständiger Mensch*), denotando uma estima possivelmente advinda de sua convivência no grupo de Tillich. Ademais, é bem provável que a experiência do exílio, compartilhada pelos intelectuais alemães durante os anos 1940, tenha ensejado um vínculo de amizade e solidariedade dificilmente abaláveis por diferenças políticas. É o que se vê, de maneira contundente, na carta de condolências enviada a Lorena Rustöw, quando da morte do sociólogo, em 1963. Assim escreveu Adorno à viúva: “Recebi a notícia com consternação e não tenho palavras. Embora eu não tenha visto seu marido por vários anos – a distância entre Heidelberg e Frankfurt às vezes parece maior do que a distância entre Frankfurt e Nova York – sua existência, a possibilidade de contato com ele, era de tal maneira um pressuposto de minha existência espiritual, como parte de uma segunda natureza, que eu não consigo me dar conta do que aconteceu. Neste momento, deixe-me apenas dizer que sua perfeita retidão e integridade me parecem ser das mais autênticas realizações da liberdade. Ele de fato realizou, por seu lado, o que a filosofia idealista apenas falava [*bereden*]. Isso não pode ser perdido, nem mesmo com a morte” (TWAA, Br 1265/1, carta de 2 de julho de 1963, trad. nossa).

êxito do socialismo, e que a Revolução de Novembro de 1918 havia fracassado por carecer de uma “ideologia fundada no novo ordenamento social” (Haselbach 1991: 186). A necessária substância para a *integração* adviria, segundo ele, de uma reforma do espírito, de fundo religioso. Esse “movimento espiritual” seria indispensável para um novo ordenamento das relações sociais, degradadas pela massificação. Para Rüstow, a desintegração da sociedade capitalista seria devida, portanto, a uma crise espiritual e moral da sociedade de massas²¹ sob impacto do progresso técnico (Ptak 2009: 104).

Mais tarde, após sua “guinada neoliberal”, Rüstow atribui à massificação a condição de “subintegração” social. E mais: descreve a situação durante a República de Weimar como um desejo de integração não saciado (*Integrationsuntersättigung*), uma voracidade de integração (*Heißhunger nach Integration*), que se expressa na tendência socialista dos movimentos de juventude. Esse impulso teria sido aproveitado pelos nazistas, culminando na “sobreintegração” (*Überintegration*) nazista (Rüstow 1952: 449-450). Essa integração em demasia, por sua vez, também é instável, tendendo à “decomposição e à autodissolução, que podem ocorrer de forma explosiva, em certas circunstâncias” (Rüstow 2003: 113, trad. nossa).

²¹ Subjaz a essa crítica, ademais, o binômio sociedade/comunidade desenvolvido por Ferdinand Tönnies e popularizado a partir do começo do século XX (Rüstow 2003: 109, 216). Segundo Tönnies, os grupos sociais se distinguem pela qualidade da vontade que une os indivíduos. Enquanto a comunidade (*Gemeinschaft*) teria como causa a vontade natural, a sociedade (*Gesellschaft*) seria apenas o meio pelo qual os indivíduos buscariam atingir objetivos específicos, mobilizados por uma certa vontade racional. O advento da sociedade corresponderia à massificação moderna, ao isolamento do indivíduo e à perda dos vínculos comunitários.

Para Rüstow, a catástrofe totalitária teria sido resultado da “cegueira sociológica” dos primeiros liberais (que ele chama de “paleoliberais”), para quem a integração social seria um desdobramento natural e necessário da livre concorrência. Segundo o sociólogo, o funcionamento da economia de mercado não favorece, nem desfavorece a integração sendo “absolutamente neutro” (Rüstow 2001: 90). Portanto, seria necessária a criação de bases culturais para a coesão social e a “integração saudável”. Esse fundamento favoreceria a livre concorrência de maneira mais durável, impedindo que a sociedade resvalasse em qualquer “sobreintegração” totalitária e, portanto, colocasse em risco o bom funcionamento do mercado.

Essa reflexão acerca da “dimensão sociológica” do ordenamento econômico levou Rüstow a propor a aplicação de uma política da vida (*Vitalpolitik*), visando o enraizamento dos indivíduos em sua comunidade, a melhoria de sua situação vital e uma “integração saudável”. A *Vitalpolitik* seria nada menos que o centro do contraprograma ordoliberal – concebido para fazer face ao bolchevismo:

Esse é também o sentido da exigência, por mim destacada, de uma política da vida [*Vitalpolitik*], que não é voltada para aumento dos salários e redução da jornada de trabalho, como a antiga política social [*Sozialpolitik*], mas tem em vista a situação vital geral do indivíduo trabalhador, a sua situação de vida real e concreta, da manhã à noite e desde a noite até de manhã. [...] Seria superstição pensar que a felicidade dos trabalhadores seria diretamente proporcional ao nível do salário e inversamente proporcional ao tempo de trabalho (Rüstow 1953: 103, trad. nossa).

Rüstow contrapõe a *Vitalpolitik* à *Sozialpolitik*, argumentando que a “antiga política social” seria mais restrita, por tratar apenas de questões referentes ao trabalho, enquanto a *Vitalpolitik* teria em vista o todo da existência, não se restringindo às condições econômicas. Essa distinção já havia aparecido em *A crise social do presente* (Röpke 1942), de Röpke, principal parceiro intelectual de Rüstow e um dos mais conhecidos membros do grupo ordoliberal. Segundo ambos os autores, portanto, os efeitos destrutivos do mercado deveriam ser combatidos com uma política social mais abrangente, a fim de assegurar a manutenção dessa mesma ordem do mercado.

Portanto, a *Vitalpolitik* não se opõe aos princípios do mercado, mas os complementa, alcançando-os até o nível da mentalidade. Ela deve implementar um “capitalismo popular, em que a liberdade econômica se combine com a responsabilidade individual”, graças à ampliação do acesso à propriedade (Bonefeld 2013: 38). Nas palavras do próprio Rüstow: “A propriedade privada individual, com distribuição justa e generalizada, constitui o único fundamento seguro e firme que conhecemos para a liberdade, a independência e a dignidade humana de cada indivíduo” (Rüstow 2001: 151, trad. nossa). A justa distribuição da propriedade seria a precondição para a realização da vida, na sua integralidade. “A economia é o meio, a situação vital é o fim” (Rüstow 2001: 142). Ao se tornar proprietário, o indivíduo poderia realizar plenamente a sua liberdade – seja de maneira geral (isto é, no mercado), seja particular (no nível individual). Podemos compreender, portanto, em que termos a *Vitalpolitik* favorece uma “integração saudável”. Não se trata de

uma política que intervenha diretamente para promover o bem-estar social; tampouco que permita aos princípios do mercado criarem, sozinhos, o ordenamento social. Na verdade, Rüstow julga necessário que o Estado – além de frear decididamente os cartéis, os oligopólios e a influência dos grupos de interesse nas decisões políticas – forneça as condições necessárias para a difusão, tão ampla quanto possível, da propriedade.

A integração aqui não se realiza por mecanismos institucionais de neutralização do conflito, à diferença do que foi implementado pela economia social de mercado, conforme vimos no tópico anterior. De acordo com Anthony Nicholls, muitos setores da burguesia compreenderam a codeterminação como uma perigosa erosão da autoridade empresarial – inclusive alguns ordoliberais, que a enxergavam como uma “socialização fria”. Temia-se que o regime de livre concorrência fosse desarranjado pela influência hegemônica de um dado grupo de interesses (que poderia ser um cartel, mas também uma central sindical). Num encontro da Associação de Política Social (*Verein für Sozialpolitik*), em 1932, Rüstow já havia declarado que “o novo liberalismo,... que eu e meus amigos representamos, requer, ali onde ele se insere, um Estado forte, um Estado acima da economia, acima de interesses” (Rüstow *apud* Johnson 1989: 47, trad. nossa). Mais tarde, Rüstow criticaria a própria ideia de institucionalização do conflito:

Um outro sintoma flagrante do mesmo Estado pluralista, que se amolecia por sua cegueira em relação aos limites [*Grenzblindheit*] e por sua fraqueza, foi já a garantia do direito ao *lock-out* [*Aussperrungsrecht*] para os empresários e do direito de greve para os trabalha-

dores, isto é, a permissão, por parte do Estado, de lutas trabalhistas públicas por parte do Estado (Rüstow 2001: 133, trad. nossa).

Desse ponto de vista, uma política liberal correta deveria suspender o direito de reunião, tanto para trabalhadores como para empresários, além do direito de greve. Isso porque a luta laboral é considerada como uma espécie de conflito entre monopólios e, portanto, nefasta para a livre concorrência.

Ademais, segundo Rüstow, a única forma durável e “saúdável” de integração é proporcionada por uma comunidade organizada mediante uma “hierarquia voluntária de crescimento natural, baseada no reconhecimento mútuo” (Rüstow 2003: 109, trad. nossa). Trata-se, portanto, de garantir uma organização hierárquica do conjunto social. Em uma intervenção durante a quarta edição do simpósio *Darmstädter Gespräch*, do qual Adorno participava como mediador, Rüstow expressou, de outro modo, a mesma concepção:

Mas eu tenho a impressão, se me é permitido dizê-lo, de que esta crise cultural já passou do seu clímax e que este sentimento do indivíduo contra a tradição já está diminuindo fortemente. Sim, a geração jovem de hoje – pelo menos na Alemanha – já anseia pela tradição, anseia pelo ordenamento [*Einordnung*], anseia pelo comando [*Führung*] – Não queremos que o nacional-socialismo, que já causou tanta desgraça, faça com que a nossa bela língua alemã nos enoje e que deixemos de usar boas palavras só porque ele abusou delas (Rüstow *apud* Neumark 1954: 92, trad. nossa).²²

²² Agradeço ao Felipe Catalani por essa referência.

Tradição, ordem e comando são, para Rüstow, valores a serem recuperados. Portanto, a comunidade almejada é marcada pelo respeito à estrutura de poder tradicionalmente fixada, longe de “uma comunidade comunista de bens ou uma igualdade mecânica” (Rüstow 2003: 109, trad. nossa). Antes, seu paradigma é a família rural, possuidora de um pedaço de terra, em oposição ao indivíduo urbano, “morando de aluguel em cortiços, sempre mudando de casa” (Rüstow: 2003, 264, trad. nossa). Para Foucault, essa multiplicação da propriedade no interior do corpo social tem por objetivo fazer da concorrência – e, por consequência, da forma empresa – um “poder constituinte [*informante*] da sociedade” (Foucault 2004: 154).

Mas o que é essa Vitalpolitik, de que Rüstow falava e o que ela expressa? De fato, trata-se, vejam bem, não de constituir uma trama social onde o indivíduo estaria em contato direto com a natureza, mas de constituir uma trama social em que as unidades de base teriam precisamente a forma da empresa, pois o que é a propriedade privada senão uma empresa? O que é uma casa individual, senão uma empresa? O que é a gestão dessas pequenas comunidades de vizinhança, senão outras formas de empresa? (Foucault 2004: 154, trad. nossa).

Curiosamente, o mais proeminente porta-voz do neoliberalismo alemão faz constantemente elogios da vida idílica no campo, em contraposição à igualdade massacrante da vida massificada nas cidades. A ordem atribuída à vida no campo, cuja célula fundamental é a hierarquia familiar, assim como a suposta difusão da propriedade rural são os fatores determinantes para o elogio ordoliberal a essa forma de vida. Uma socie-

dade “*indexada pela forma empresa*”, como diz Foucault na mesma aula, resulta na constante fricção entre múltiplas empresas e, assim, na generalização da concorrência como forma de vida. Esse estado de coisas exigiria, por sua vez, uma instância superior de arbitragem forte o suficiente para não sucumbir aos “grupos de interesse”.

4. A negatividade na integração

Se, para Rüstow, a conversão dos indivíduos em proprietários é condição para a “*integração saudável*” e o exercício pleno da liberdade, em Adorno, a integração, em suas dimensões objetiva e ideológica, constitui um impeditivo para a verdadeira emancipação. Os indivíduos integrados pela submissão total ao princípio abstrato da troca, reduzidos a agentes portadores de valor, sacrificam aquilo que os qualifica e que não se enquadra perfeitamente na ordem social, produzindo sofrimento. Aqueles interesses que se desviam da busca incessante pela vantagem individual são reprimidos, sob pena de sucumbirem, de não mais subsistirem na sociedade. O medo arcaico da aniquilação física se converte, modernamente, no medo de não se integrar plenamente à sociedade da troca. O elogio à “*integração saudável*” como realização da liberdade não passaria, portanto, de pura ideologia.

Em “*Sobre a relação entre sociologia e psicologia*”, escrito em 1955, Adorno aponta para algo sobre o teor sacrificial da integração:

Muito mais tarde sedimentou-se, como segunda natureza, o medo da sanção social do comportamento econômico, ou seja, de não mais pertencer ao conjunto social. Àqueles que não se integram é dirigida a vingança social daqueles que “ainda” não precisam passar fome ou dormir sob as pontes. Para eles, o indivíduo proscrito socialmente é visto como o mal em si, o associal, o criminoso (Adorno 2015: 78).

Segundo Adorno, portanto, o que fundamenta o vínculo social entre “agentes portadores de valor” não é, primariamente, a busca racional por vantagens individuais. O que prevalece, em contrapartida, é o medo do perecimento, da sanção social e da coerção física. Assim continua Adorno:

Aquela racionalidade se funda na coerção física, no flagelo do corpo, em um momento material, que tanto ultrapassa os ‘motivos de ação materiais’ intraeconômicos quanto rompe a economia pulsional psicológica (Adorno 2015: 78).

A ordem econômica carregaria, portanto, esse momento do sacrifício que não cessa de agir sobre as condutas individuais sob a forma de sofrimento. Essa cisão que o indivíduo carrega teria, para Adorno, um potencial desintegrador.

Na *Dialética negativa*, Adorno afirma que “a necessidade de dar voz ao sofrimento é condição de toda verdade” – a verdade para além da parcialidade abstrata da identidade. “Pois sofrimento é objetividade que pesa sobre o sujeito; aquilo que ele experimenta como seu elemento mais subjetivo, sua expressão, é objetivamente mediado” (Adorno 2009: 24). A objetividade aqui em causa é a objetividade social, ou seja, o conjunto de relações que medeiam a subjetividade e que aparecem como

exteriores, independentes da espontaneidade dos sujeitos. Pode ser descrita como “sistema” e implica algo a que os indivíduos devem somente reagir, algo de que eles simplesmente padecem e não algo sobre o que sejam capazes de agir. A violência e o sofrimento são o fundamento desses vínculos que, por sua vez, *tendem à ruptura*.

No nível psíquico, o elemento antagônico pode, portanto, aparecer na forma de angústia, frieza, “uma claustrofobia do mundo” – afetos que eventualmente são hipostasiados, pela filosofia, em “existenciais”, tal como ocorreria em Heidegger. Esses mesmos sintomas são indicados por Adorno e Jaerisch, no artigo já referido, como sendo decorrentes do processo de integração social.

O conflito, invisível sob a superfície da parceria [*Partnertum*], expressa-se em fenômenos sociais secundários – seja onde a integração ainda não se completou, seja naquele “refugio do mundo dos fenômenos” [*Abhub der Erscheinungswelt*], que o processo antagônico sempre excluiu, seja, ainda, nas explosões irracionais dos que não são nem força de trabalho, nem consumidores e, portanto, não são totalmente imanentes à sociedade (GS 8: 188).

Assim, a despeito da positivação do conflito realizada pela ideia de parceria social, as contradições podem irromper por meio de “fenômenos sociais marginais”, descritos aqui pela expressão freudiana do “refugio do mundo dos fenômenos”²³ e

²³ Essa expressão aparece na palestra proferida por Sigmund Freud em 1915 sobre os atos falhos. “É verdade que a psicanálise não pode se gabar de jamais ter se ocupado de ninharias. Ao contrário, geralmente constituem objeto de seu exame aqueles eventos modestos, descartados pelas demais ciências como demasiado insignificantes

por “explosões irracionais”. Essa irrupção pode se dar tanto ali onde “a integração não se realizou plenamente”, como “nas explosões irracionais daqueles que estão inteiramente imanentes à sociedade”. O sofrimento é, pois, um índice daquilo que foi sistematicamente reprimido no mundo plenamente administrado.

Além da dimensão intersubjetiva, a desintegração latente reside nos processos sociais. “Em situações de crise, o conflito social pode se atualizar como conflito de classe; resta saber se, outra vez, na forma do mundo administrado” (GS 8: 185-186). Ou seja, a crise é o momento em que, potencialmente, a “superfície da parceria” seria rompida, revelando a luta de classes subjacente. Diz-se *potencialmente* porque o mundo administrado tem diversos mecanismos para aplinar a luta, mesmo em contextos de profunda crise. Além disso, a crise desintegradora pode ter igualmente um desdobramento catastrófico, como o fascismo. Nesse sentido, Adorno afirma, na *Dialética negativa*: “... a socialização total prepara objetivamente o surgimento de seu termo contrário [*Widerspiel*], sem que se possa até hoje dizer se isso seria a catástrofe ou a libertação” (GS 6: 340; Adorno 2009: 287).

Considerações finais

Apesar de sua inserção institucional e de suas relações, por vezes próximas, com os ideólogos da restauração da Alema-

– o refugio, por assim dizer, do mundo dos fenômenos” (Freud 2014: 34).

nha, Adorno criticou severamente a transfiguração promovida pela ideologia da integração. A avaliação de que a saída para a práxis estava, naquele momento, bloqueada²⁴ só pode ser compreendida se levarmos em conta, de um lado, os processos objetivos de aprofundamento da dominação capitalista – por meio de mecanismos de coerção econômicos ou extraeconômicos – e, de outro, os desenvolvimentos dos aparatos técnico e ideológico, onde se incluem a ideologia da integração e a sociologia do conflito, analisadas neste artigo.

Ao examinar a noção de integração no interior da doutrina ordoliberal, especialmente nos textos de Rüstow, pôde-se observar a defesa de uma particular *forma de vida* – cujo caráter coercivo é, muitas vezes, ocultado –, de maneira a contrapô-la às proposições de Adorno. Para o chamado “neoliberalismo antropológico”, a generalização do “mercado” por meio de uma política da vida (*Vitalpolitik*), seria capaz de formar uma totalidade sem fraturas. Rüstow pensava ser possível estabelecer a harmonia entre indivíduo e sociedade por meio da ordem e da difusão da propriedade privada. Já a sociologia do conflito não só admitia a existência dos conflitos, como os considerava funcionais. Embora distintas, essas concepções de integração expressavam, no campo das ciências sociais, uma exigência política, em um contexto de máximo tensionamento do conflito externo e da bem-sucedida neutralização dos conflitos internos.

²⁴ Nesse ponto, remeto a “Teoria crítica e movimento de protesto”, entrevista concedida por Adorno ao *Süddeutsche Zeitung* em 27 de abril de 1969 e traduzida para este volume da *Dissonância*.

Para Adorno, uma tal harmonia seria mera aparência e resultaria do aprofundamento de mecanismos ideológicos, uma vez que as fissuras permaneceriam latentes – seja no nível social, seja no nível psíquico. Ao transfigurar a realização utópica da conciliação social, a integração reforçou os mecanismos de manutenção do sistema vigente e enfraqueceu os impulsos contrários às pressões do capital. No momento da crise do modelo de conciliação de classes, as fraturas sociais vêm à tona; mas, para Adorno, essa ruptura da situação pacificada tanto poderia ter um desdobramento emancipatório, como resvalar para a catástrofe. Por ora, só é possível dizer que, nas décadas que se seguiram à morte de Adorno, a exposição da fase autoritária do neoliberalismo e a explosão de conflitos não-institucionalizados viriam a romper a latência desse antagonismo, desvelando aquilo que uma vez fora encoberto pelo panegírico da parceria.

Recebido em 30/06/2019, aprovado em 11/11/2019 e publicado em 20/04/2020.

Referências bibliográficas

- AFSHAR, Yasmin. *Materialismo sem imagens. Três estudos sobre a Dialética Negativa de Theodor W. Adorno*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.
- ADORNO, T. *Anmerkungen zum sozialen Konflikt heute*. Gesammelte Schriften. Band 8 (GS 8). Berlin: Suhrkamp, Directmedia, 2003.

- _____. “Contra as leis de emergência”. Trad. F. Catalani. *Cult*, n.215, agosto, 2016. Dossiê: Adorno e a Reinvenção da dialética. <https://revistacult.uol.com.br/home/fora-da-torre-de-marfim-tres-textos-de-intervencao-de-theodor-w-adorno/> (último acesso em 16 de outubro de 2019).
- _____. *Dialética Negativa*. Trad. M. A. Casanova. Revisão técnica E. S. N. Silva. São Paulo: Jorge Zahar, 2009.
- _____. *Gesellschaft*. Gesammelte Schriften Band 8 (GS 8a). Berlin: Suhrkamp, Directmedia, 2003.
- _____. *Introdução à sociologia*. Trad. W. L. Maar. São Paulo: Unesp, 2008.
- _____. “Sobre a relação entre sociologia e psicologia”. In: _____. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. V. Freitas. São Paulo: Unesp, 2015.
- _____. *Spät Kapitalismus oder Industriegesellschaft?*. Gesammelte Schriften Band 8 (GS 8b). Berlin: Suhrkamp, Directmedia, 2003.
- _____. Privatkorrespondenz (TWAA Br). Correspondência privada não publicada. Berlin: Theodor W. Adorno Archiv.
- _____. Teoria da semiformação. Trad. N. Oliveira. In: B. Pucci, A. Zuin, L. Lastória (Orgs.). *Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2010.
- _____. Universitäten (TWAA Un). Correspondência não publicada com instituições universitárias. Berlin: Theodor W. Adorno Archiv.
- _____. *Zur Lehre von der Geschichte und von der Freiheit*. Nachgelassene Schriften. Escritos póstumos (NS IV.13). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993-2014.

- _____, HORKHEIMER, M. "Towards a new Manifesto?". Trad. R. Livingstone. *New Left Review* 65, p. 33-61, 2010.
- BAUSCHULTE, M., KRECH, V. "Saulus-Situationen. Zum Verhältnis von Kritischer Theorie und Religiösem Sozialismus". In: R. Faber, E. M. Ziege (Orgs.). *Das Feld der Frankfurter Kultur- und Sozialwissenschaften vor 1945*. Würzburg: Könnigshausen & Neumann, 2007.
- BECKER, H. P. *Die soziale Frage im Neoliberalismus: Analyse und Kritik*. Heidelberg: Herle et all, 1965.
- BERNARD, J. "Where is the Modern Sociology of Conflict?". *American Journal of Sociology* 56, p. 11-16, 1950.
- BÖHM, F. *Freiheit und Ordnung in der Marktwirtschaft*. Baden-Baden: Nomos Verlag, 1980.
- BONEFELD, W. "Ordoliberalism and the Death of Liberal Democracy - An Interview With Werner Bonefeld" (entrevista). *Salvage zone*, jan 2017. <http://salvage.zone/online-exclusive/ordoliberalism-and-the-death-of-liberal-democracy-an-interview-with-werner-bonefeld/> (último acesso em 24 de junho de 2019).
- _____. "German ordo-liberalism and the politics of vitality". *Renewal* Vol. 20 No 4, jan 2013.
- COSER, L. *The Functions of Social Conflict*. New York: First Free, 1964.
- DAHRENDORF, R. *Soziale Klassen und Klassenkonflikt in der industriellen Gesellschaft*. Stuttgart: Ferdinand Enke, 1957.
- DIRKS, W. *Sozialismus oder Restauration. Politische Publizistik 1945-1950*. Gesammelte Schriften Bd. 4. Zurich: Ammann, 1987.

- FLECK, A. Theodor W. *Adorno, um crítico na era dourada do capitalismo*. Tese de Doutorado, UFSC, 2015.
- FREUD, S. *Conferências introdutórias à psicanálise. (1916-1917)*. Obras completas. Vol. 13. Trad. S. Tellaroli. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la Biopolitique*. Paris: Seuil, Gallimard, 2004.
- FRIEDMAN, M. “The Counter-Revolution in Monetary Theory”. *IEA Occasional Paper*, n. 33. London: Institute of Economic Affairs, 1970.
- HASELBACH, D. *Autoritärer Liberalismus und Soziale Marktwirtschaft: Gesellschaft und Politik im Ordoliberalismus*. Baden-Baden: Nomos, 1991.
- JOHNSON, D. “Exiles and Half-exiles: Wilhelm Röpke, Alexander Rüstow and Walter Eucken”. In: A. Peacock, H. Willgerodt. *German Neoliberals and the Social Market Economy*. Trade Policy Research Centre, 1989.
- KRYSMANSKI, H. J. *Soziologie des Konflikts. Materialien und Modelle*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1971.
- MARTIN, S. “As câmaras setoriais e o meso-corporativismo”. *Lua Nova* n. 37, São Paulo, 1996. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000100008 (último acesso em 25 de outubro de 2019).
- NEUMARK, F. (Org.). *Individuum und Organisation. Darmstädter Gespräch*. Darmstadt: Darmstädter Verlagsanstalt, 1954.
- NICHOLLS, A. J. *Freedom with Responsibility: The Social Market Economy in Germany 1918-1963*. Oxford, New York, Toronto: Oxford University Press, 1994.

- POLLOCK, F. *Gruppenexperiment: Ein Studienbericht*. Frankfurt am Main: Europa, 1955.
- PTAK, R. “Neoliberalism in Germany. Revisiting the Ordoliberal Foundations of the Social Market Economy”. In: P. Mirowski, D. Plehwe. (Orgs). *The Road From Mont Pélerin*. Cambridge et all: Harvard University, 2009.
- RÖPKE, W. *Die Gesellschaftskrisis der Gegenwart*. Erlenbach-Zürich: Eugen Rentsch, 1942.
- RÜSTOW, A. *Das Versagen des Wirtschaftsliberalismus*. Marburg: Metropolis, 2001.
- _____. *Ortbestimmung der Gegenwart. Eine universalgeschichtliche Kulturkritik*. I. Band: Ursprung der Herrschaft. Erlenbach-Zürich: Rentsch, 2003.
- _____. *Ortbestimmung der Gegenwart. Eine universalgeschichtliche Kulturkritik*. II. Band: Weg der Freiheit. Erlenbach-Zürich: Rentsch, 1952.
- _____. “Soziale Marktwirtschaft als Gegenprogramm gegen Kommunismus und Bolschewismus”. In: A. Hunold. (org.) *Wirtschaft ohne Wunder*. Erlenbach-Rentsch, p. 97-127, 1953.
- SAFATLE, V. “Abaixo de zero: O déficit de negatividade em Axel Honneth”. In: _____. *O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, p. 285-322, 2015.
- SCHINDELBECK, D., ILGEN, V. “Haste was, biste was!”. *Werbung für die soziale Marktwirtschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1999.
- STREECK, W. *Re-Forming Capitalism. Institutional Change in the German Political Economy*. Oxford University, 2009.

TILLICH, P. *Ein Lebensbild in Dokumenten. Briefe, Tagebuch-Auszüge, Berichte*, Band 5. Stuttgart, Frankfurt: Evangelisches Verlagwerk, 1980.

WIGGERSHAUS, R. *Die Frankfurter Schule. Geschichte. Theoretische Entwicklung. Politische Bedeutung*. München: Deutscher Taschenbuch, 1986.